

09/03/2018 12:04 - Com o menor percentual da Região Norte, mulher na política ainda é um desafio em Rondônia



Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam que Rondônia tem, atualmente, o menor percentual da Região Norte com mulheres na política. Mais de 20 anos depois dos partidos políticos serem obrigados a estabelecerem a cota mínima de 30% das candidaturas às mulheres durante as eleições, o resultado das urnas não reflete a norma. Desde as décadas de 1980, o estado teve apenas uma mulher no comando do governo.

De acordo com a juíza eleitoral Deisy Ferraz, os partidos e coligações devem apresentar à Justiça Eleitoral, durante o período das convenções eleitorais, todos os candidatos que concorrerão ao pleito e eles devem atender necessariamente ao percentual dos 30%.

“A Justiça Eleitoral prima é que na verdade seja oportunizado, apresentado ao eleitorado o público de candidatas femininas. E para isso, nesse sentido, a norma serve justamente para fomentar a participação da mulher na vida política do país”, comenta a juíza.

Na história, Rondônia teve a primeira governadora do país em 1984. A professora Janilene Melo assumiu o governo ao ser nomeada temporariamente por um período de 60 dias, pelo então presidente João Figueiredo, durante o licenciamento do titular Jorge Teixeira.

Apesar do marco, a falta da participação da mulher na política pode ser observada nas eleições municipais de 2016. Conforme o TSE, apenas 32% dos candidatos eram do sexo feminino em todos os 52 municípios. Dos 529 vereadores eleitos, 56 são mulheres e dos 52 prefeitos escolhidos pelos eleitores, somente 7 são do sexo feminino.

O estado possui o menor índice da região norte com 11% das mulheres inseridas em cargos políticos. O maior percentual está em Amapá, com 18%. Em segundo vem o estado do Tocantins, com 16%, seguidos de Pará e Roraima, com 14% e depois Acre e Amazonas, com 13%.

Segundo a chefe do departamento de ciências da educação da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Lara Cristina Cioff, a maior dificuldade para a mulher ocupar os cargos eletivos no estado ainda está na resistência do sistema político e o preconceito da própria sociedade.

“A sociedade ainda possui certo preconceito com uma visão de que a mulher entende de política e que ela não dará conta de suportar o cargo. Então dizem-se que os deveres familiares não conciliarão com os compromissos políticos, naturalizando algo que não existe, se passa de uma construção social”, enfatiza a professora.

Com população estimada em mais de 105 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ariquemes (RO), no Vale do Jamari, ao longo dos 40 anos de existência está no 15º mandato de prefeito e destes, apenas uma mulher foi eleita para administrar a prefeitura.

Dos 13 vereadores eleitos nas últimas eleições de 2016, apenas uma cadeira da Câmara Municipal foi ocupada por mulher.

Apesar das inúmeras homenagens e felicitações pela data comemorativa, a política ainda segue como uma das áreas em que a mulher está em situação de desigualdade.

A presença da figura feminina nos cargos eletivos ainda parecem ser mais um dos grandes desafios a serem superados pela classe, como tantas outras presentes no cotidiano da sociedade.

Cenário Nacional

Conforme os dados do TSE, é possível observar na prática que, embora as mulheres representem atualmente 52% do eleitorado brasileiro, a representação feminina no Congresso Nacional está bem abaixo disso, com 11,3% dos parlamentares. Ao todo, dos 513 deputados, somente 10,5% são mulheres e destas, duas são de Rondônia.

No Senado, dos 81 parlamentares, 16% são mulheres e atualmente Rondônia não possui nenhuma representante nas cadeiras do plenário. Com isso, o Brasil ocupa a 152ª posição em um ranking de 190 países sobre o percentual de cadeiras ocupadas por homens e mulheres

na Câmara dos Deputados.

Fonte: Jeferson Carlos - G1 Ariquemes e Vale do Jamari

Notícias RO